

OBSERVADOR
PAPEL COMERCIAL,



ORIENTAL,
POLITICO Y LITERARIO.

Núm. 1.º MONTEVIDEO SABADO 11 de OCTUBRE de 1828.

Este Periódico se publicará regularmente en un pliego los Miércoles y Sábados de cada semana. Su despacho en esta Imprenta y en la Librería de Yañez à real el pliego. Se admiten suscripciones por el mismo precio. Los avisos de los suscriptores se insertarán gratis; los demas cuatro reales por tres publicaciones no excediendo de ocho líneas.

PROSPECTO.

Sed jam majora Canamus.

Los Editores del OBSERVADOR MERCANTIL vuelven á su tarea interrumpida bajo el título de OBSERVADOR ORIENTAL. Constituido en la necesidad de hablar sin tener nada interesante que decir, se consibe bien por que el OBSERVADOR MERCANTIL haya debido hacer dormir á sus lectores; pero el OBSERVADOR ORIENTAL sin mas recursos, que los extraordinarios sucesos, que le autorizan á cambiar la mitad de su título, espera que no hará de su título. El OBSERVADOR ORIENTAL, fiel á su título, lo observará todo, sin imponerse ley alguna respecto á las materias. En orden al modo y al espíritu de sus producciones su divisa será

DICERE DE VITIIS PARCERE PERSONIS.

Admitirá ademas con agradecimiento las observaciones de los que se dignasen honrarle con su correspondencia, con garantía ó sin ella; pero reservándose el Editor suprimir todo lo que á su juicio comprometa su responsabilidad, ó sus principios, de que dará aviso oportuno. Si los comunicados vinieren garantidos se impone el Editor la obligacion de copiarlos personalmente para presentarlos á la composicion, reservando inviolablemente los originales y el nombre del autor. Trascurso el término legal de la responsabilidad, los autores de escritos garantidos podrán recogerlos, dirigiéndose al Impresor, quien los tendrá cerrados y sellados á su disposicion. ¡Ojalá sean inútiles tantas precauciones! Diligencia, veracidad y sobre todo sanas intenciones, son el fondo de los ofrecimientos que hace al PUBLICO EL OBSERVADOR ORIENTAL.

PAZ.

CONVENÇÃO PRELIMINAR.

Em nome da Santissima

e Indivisivel Trindade

SUA Magestade O IMPERADOR do Brazil, e o Governo da Republica das Provincias Unidas do Rio da Prata; dezejando pór termo á guerra, e estabelecer sobre principios solidos e duradouros, a boa intelligencia, harmonia, e amizade, que deve existir entre Nações visinhas, chamadas pelos seus interesses a viver unidas por laços da perpetua alliança, accordarão, pela mediação de Sua Magestade Britanica, ajustar entre Si huma Convenção Preliminar de Paz, que servirá de base ao Tratado definitivo da mesma, que há de celebrarse entre ambas as Altas Partes contractantes. E para este fim nomearão por seus Plenipotenciarios, a saber:

Sua Magestade o Imperador do Brazil aos Illmos. e Exmos. Srs. Marquez do Aracaty, do Seu Conselho, Gentil Homen da Sua Imperial Camara, Conselheiro da Fazenda, Commendador da ordem de Aviz, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros; Doutor Jozé Clemente Pereira, do seu Conselho, Dezembargador da Casa da Supplicação, Dignitario da Imperial Ordem do Cruzeiro, Cavalleiro da de Christo, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, enterinamente encarregado dos Negocios da Justica; e Joaquim de Oliveira Alvares, do seu Conselho, e do de Guerra, Tenente General dos Exercitos Nacionaes e Imperiaes, Official da Imperial Ordem do Cruzeiro Commendador da de Christo, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da guerra.

E o Governo da Republica das Provincias Unidas do Rio da Prata aos Senhores Generaes Dom João Ramon Balcarce, e Dom Tomas Guido.

Os quaes depois de haverem trocado os seus Plenos poderes respectivos que forão achados emboa e devida forma convierão nos Artigos seguintes.

ARTIGO 1.

Sua Magestade o Imperador do Brazil Declara a Provincia de Montevideo, chamada hoje Cisplatina, separada do territorio do Imperio do Brazil, para que possa constituir-se em Estado livre e independente de toda e qualquer Nação, debaixo da forma de Governo que julgar mais conveniente á seus interesses e necessidades, e recursos.

ARTIGO 2.

O Governo da Republica das Provincias Unidas do Rio da Prata concorda em declarar pela sua parte, a Independencia da Provincia de Montevideo chamada hoje Cisplatina; e que se constitua em Estado livre e independente, na forma declarada no artigo antecedente.

ARTIGO 3.

Ambas as Altas Partes Contractantes obrigam se a defender a independencia, e integridade da Provincia de Montevideo, pelo tempo, e pelo modo que se ajustar no Tratado definitivo de Paz.

ARTIGO 4.

O Governo actual da Banda Oriental immediatamente que a presente Convenção for ratificada convocará os Representantes da parte sobredita Provincia, que lhe está actualmente sujeita: e o Governo actual da Praça de Montevideo fará ao mesmo tempo huma convocação igual dos Cidadãos residentes dentro da dita, regulando-se o numero dos Deputados, pelo que for correspondente ao dos Cidadãos da mesma Provincia, e a forma das eleições pelo Regulamento adoptado para a eleição dos seus Representantes na ultima Legislatura.

ARTIGO 5.

A eleição dos Deputados correspondentes população da Praça de Montevideo, será feita precisamente extramuros, em lugar que fique fóra do alcance da artilheria da mesma Praça sem nenhuma assistencia de força armada.

ARTIGO 6.

Reunidos os Representantes da Provincia fóra da Praça de Montevideo, e de qualquer outro lugar que se achar occupado por Tropas: que esteja ao menos dez legoas distante de mais visinhas, estabelecerão hum Governo Provisorio, que deve governar toda a Provincia e instalar o Governo permanente, que houver ser criado pela Constituição. Os Governos actuaes de Montevideo, e da Banda Oriental, cessarão immediatamente que aquelle se instalar.

ARTIGO 7.

Os mesmos Representantes se occuparão d

em formar a Constituição Política da Província de Montevideo, e está antes de ser jurada, será examinada por commissarios dos dous Góvernos Contractantes, para o unico fim de se nella se contem algum artigo ou artigo que se opponha á segurança dos seus respectivos Estados. Se acontecer este caso, explicação publica, e cathegoricamente pelos mesmos commissarios: e, na falta de commum voto destes, será decidido pelos dous Góvernos contractantes.

ARTIGO 8.

Não será permitido a todo e qualquer habitante da Província de Montevideo sahir do territorio desta levando consigo os bens de sua propriedade, salvo o prejuizo de terceiro até o termo do juramento da Constituição se não for sugerear-se á ella, ou assim lhe con-

ARTIGO 9.

verá absoluto e perpetuo esquecimento de todas e quaesquer opiniões politicas ou factos, e de todos os habitantes da Província de Montevideo, e do territorio do Imperio do Brazil, que tiverem occupado por Tropas da Republica das Provincias Unidas, tiverem professado ou praticado, até a época da ratificação da presente Convenção.

ARTIGO 10.

Sendo hum dever dos dous Góvernos Contractantes auxiliar e proteger a Província de Montevideo, até que ella se constitua completamente, convem os mesmos Góvernos em que antes de jurada a Constituição da mesma Província, e cinco annos depois, a tranquillidade e segurança publica for perturbada dentro della guerra civil, prestarão ao seu Góverno legal o auxilio necessario, para o mantimento e sustentação. Passado o prazo expressado, não será toda a protecção, que por este artigo se commette ao Góverno legal da Província de Montevideo; e a mesma ficará considerada no estado de perfeita e absoluta independencia.

ARTIGO 11.

Ambas as Altas Partes Contractantes declaram muito explicita e cathegoricamente, que quer que possa vir a ser o uso da propriedade, que na conformidade do Artigo antecedente se promette, á Província de Montevideo a mesma protecção se limitará, em todo o caso, a fazer restabelecer a ordem, e cessará immediatamente que esta for restabelecida.

ARTIGO 12.

As Tropas da Província de Montevideo, e Tropas da Republica das Provincias Unidas occuparão o territorio Brazileiro, no preterito e preteritorio termo de dous mezes, contados do dia em que forem trocadas as ratificações da presente Convenção; passando as mesmas para a margem direita do Rio da Prata, e Uruguay menos huma força de mil e quinhentos homens, ou maior, que o Góverno da dita Republica, se o julgar conveniente, será conservar dentro do territorio da dita Província de Montevideo, não ponto de escolher, até que as Tropas de S. M. O Imperador do Brazil desoccupem completamente a Praça de Montevideo.

ARTIGO 13.

As Tropas de S. M. O Imperador do Brazil desoccuparão o territorio da Província de Montevideo, incluída a Colonia do Sacramento no preciso e preteritorio termo de dous mezes, contados do dia em que se verificar a das ratificações da presente Convenção, e quando se para as Fronteiras do Imperio,

ou embarcando: menos huma força de mil e quinhentos homens, que o Góverno do mesmo Senhor poderá conservar na Província de Montevideo, até que se installe o Góverno Provisorio da sobredita Província: com a expressa obrigação de retirar esta força dentro do preciso e preteritorio termo dos primeiros quatro mezes seguintes á installação do mesmo Góverno Provisorio, o mais tardar: entregando, no acto da desoccupação, a expressada Praça de Montevideo IN STATU QUO ANTEBELLUM a commissarios autorizados competentemente ad hoc pelo Góverno legitimo da referida Província.

ARTIGO 14.

Fica entendido, que tanto as Tropas de S. M. O Imperador do Brazil, como as da Republica das Provincias Unidas, que na conformidade dos dous Artigos antecedentes, ficão temporariamente no territorio da Província de Montevideo não poderão intervir por forma alguma nos negocios politicos da mesma Província, seu Góverno, Instituição etc.: ellas serão consideradas como meramente passivas, e de observação conservadas ali para proteger o Góverno, e garantir as liberdades, e propriedades publicas e individuas: e só poderão operar activamente, se o Góverno legitimo da referida Província de Montevideo requisitar o seu auxilio.

ARTIGO 15.

Logo que a troca das ratificações da presente Convenção se effectuar, haverá inteira cessação de hostilidades por mar, e por terra: o bloqueio será levantado no termo de quarenta e oito horas por parte da Esquadra Imperial: as hostilidades por terra cessarão immediatamente que a mesma Convenção e suas ratificações forem notificadas aos Exercitos; e por mar dentro de dous dias, até Santa Maria, em oito até Santa Catharina, em quinze até Cabo Frio; em 22 até Pernambuco, em quarenta até á Linha, em sessenta até a costa de Leste, e em oitenta até os mares da Europa. Todas as tomadas, que se fizerem por mar, ou por terra, passado o tempo que fica aprazado, serão julgadas más prezas, e reciprocamente indemnizadas.

ARTIGO 16.

Todos os prisioneiros de huma e outra parte, que tiverem sido feitos durante a guerra no mar, ou na terra, serão postos em liberdade, logo que a presente Convenção for ratificada, e as ratificações trocadas com a unica condição que não poderão sahir, sem que tenhaõ segurado o pagamento das dividas que tiverem contrahido no paiz, onde se acharem.

ARTIGO 17.

Depois da troca das ratificações da presente Convenção as Altas Partes Contractantes tratarão de nomear os seus respectivos Plenipotenciarios, para se ajustar e concluir o Tratado definitivo de Paz, que deve celebrar-se entre o Imperio do Brazil, e a Republica das Provincias Unidas.

ARTIGO 18.

Se, o que não he de esperar, as Altas Partes Contractantes não chegarem a ajustar-se no sobredito Tratado de Paz, por questões que possaõ suscitar-se, em que não concordem, apezar da mediação de Sua Magestade Britanica, não poderão renovar-se as hostilidades entre o Imperio, e a Republica, antes de serem pasados os cinco annos estipulados no Artigo 10, e mesmo depois de passado este prazo, as hostilidades não poderão romper-se sem previa notificação feita reciprocamente

seis vezes antes, com conhecimento da Potencia mediadora.

ARTIGO 19.

A troca das ratificações da presente Convenção sera feita na Praça de Montevideo dentro do tempo de setenta dias, ou antes se for possivel, contados do dia da sua assignatura.

Em testemunho do que Nos os abaixo assignados Plenipotenciarios de Sua Magestade O Imperador do Brazil, e do Góverno da Republica das Provincias Unidas, em virtude dos nossos Plenos Poderes, assignamos a presente Convenção, e lhe fizemos pôr o sello das nossas Armas.

Feita na Cidade do Rio Janeiro aos vinte e sete do mez de Agosto do anno do Nascimento de Nossõ Senhor Jesus-Christo de mil oitocentos e vinte e oito.

(L.S.) Marquez de Aracaty.
(L.S.) José Clemente Pereira.
(L.S.) Joaquim de Oliveira Alvares
(L.S.) Juan Ramon Balcarce.
(L.S.) Tomas Guido.

ARTIGO ADDICIONAL.

Ambas as Altas Partes Contractantes se compromettem a empregar os meios ao seu alcance, a fim de que a navegação do Rio da Prata, e de todas as outras que nelle vão sahir, seja conservada livre para uso dos subditos de huma e outra Nação, por tempo de quinze annos, pela forma que se ajustar no Tratado definitivo de Paz.

O presente Artigo Adicional terá a mesma força e vigor, como se fosse inserido palavra por palavra na Convenção Preliminar datada de hoje.

Feita na Cidade do Rio de Janeiro aos vinte e sete do mez de Agosto do Anno do Nascimento de Nossõ Senhor Jesus-Christo de mil oitocentos e vinte e oito.

(L.S.) Marquez de Aracaty.
(L.S.) José Clemente Pereira.
(L.S.) Joaquim de Oliveira Alvares
(L.S.) Juan Ramon Balcarce.
(L.S.) Tomas Guido.

Está conforme esta Convenção Preliminar de Paz que foi ratificada em devida forma por S. M. O Imperador do Brazil, e pelo Góverno Encarregado dos Negocios Geraes da Republica Argentina, cuja troca se verificou em Montevideo conforme o Artigo XIX no dia 4 de Outubro de 1828.

OBSERVACION GENERAL.

El tratado que precede há sorprendido todas las esperanzas, todos los calculos. Verdadero fenomeno de la civilizacion, há creado la gloria de la diplomacia SUD-AMERICANA, y dado al mundo el espectáculo de dos Naciones nuevas; pero sabias, y bastante fuertes para ser generosas. El convenio celebrado, era la unica conbinacion posible que pusiese termino á la guerra, y sirviese de garantía á una Paz estable. La ocupacion del territorio ORIENTAL por si misma sería mas antes un gravamen para el IMPERIO DEL BRASIL. Poner una barrera entre dos países regidos por instituciones en algun modo rivales, era el interés esencial de ambos Gobiernos, y esta barrera es la BANDA ORIENTAL constituida en Estado independiente. Hasta aqui la obra de la JUSTICIA. Pero ocuparse de la felicidad del nuevo Estado, compro-

meterse à sostener su independencia, su integridad, y el orden público, prestando apoyos reales al Gobierno legal.- Esta es la obra de una política generosa y grande. Una barrera, embolvia un sentimiento hostil, y de ella han hecho sentimientos magnanimos un vinculo.- NON PLUS ULTRA escribieron los antiguos donde no habia mas tierra: aquellas eran las columnas del poder. La civilizacion moderna no las erige sino à la Justicia.- La Republica Argentina confiò en la virtud de los Orientales; el Imperio hà acabado por reconocerla. La amistad de estos dos Poderes hà levantado un monumento à la reconciliacion, y este monumento es la Republica Oriental.- Venturosos hijos de un suelo tan disputado: sed agradecidos. ¿Que tributo se os impone? El de que seais felices, y ningun Pueblo del mundo se hà hallado en una posicion y con mas medios de serlo, queriendo. Leyes sabias y obedecidas, que hagan de la Banda Oriental la Patria de todos, y se hà pagado la deuda al Imperio, y à la Republica Argentina

COMUNICADO.

SS. Editores del Observador.

La guerra al fin ha concluido; un nuevo orden de cosas se prepara, todo absolutamente va à variar, y en esta expectativa ¿tendra motivos justos de temer el vecindario? Hay alguna razon que lo justifique? Ojalá que no la hubiera! El recuerdo de aquellos aciagos tiempos en que con la libertad en los labios y la espada en la mano hollaba la Anarquía todos los derechos, atacaba todas las propiedades, adoptaba todos los medios capaces de convertir este hermoso País en un lugar de oprobio y maldición, debe ciertamente consternar, cuando menos, aquellos hombres que no vieron aqui la primera luz, y que à la sombra de las armas del Imperio del Brasil han gozado tranquilamente algunos años de una libertad, cuando no absoluta, relativa. Consideracion es esta, SS. Editores, capaz por si sola de herir nuestro amor propio y resolvernos à que nuestra conducta ulterior, no fuere tal que nos hiciere inferiores, ó menos liberales que esos mismos à los que hasta hora, contempló por enemigos suyos la Provincia.

La guerra ha concluido, nuestro objeto se ha llenado: la suerte de las batallas y la habilidad de nuestros Ministros han tenido en ello una gran parte; pero no se niegue, no se desconozca, que no pudo ser otro el resultado desde que la justicia y la prudencia entraron à presidir los consejos y la política de S. M. el Emperador del Brasil! Quanta sangre, cuantas lagrimas se hubieran evitado con igual conducta ha mucho tiempo! Pero cuan difícil tambien era el persuadir que los Orientales de los años 27 y 28 no fueron los mismos de 815 y 16. Todo al fin ha terminado felizmente y de manera, que la comision de 27 de Agosto de 1828 será para siempre el mejor testimonio de la sinceridad y buena fé con que el Emperador quiere regir los destinos de su Imperio y conservar las

Republicas sus vecinas. En la certidumbre de estos conceptos y en posesion de los inmensos Lienes que la paz nos ofrece. ¿Que es lo que nos resta? yà lo ha dicho la experiencia: yà lo han manifestado esas ruinas, esos sacrificios, esas miserias y ese tardio arrepentimiento de nuestra conducta, ó por mejor decir, si nuestra tolerancia à esos malvados, que en aquella epoca de horror nos acarrearon la esclavitud y mancharon nuestra historia con hechos, que jamas podrá olvidar Montevideo ni le convendria, pues, que debe perpetuar su memoria para eterno baldon de los que los promovian, ó encubrieron. No SS. Editores, los Orientales son hoy otros hombres: acaso entonces lamentaban los mas en silencio los desastres de su Patria; pero habian llegado à conocer muy tarde lo que vale no abandonar ni por un instante la direccion de los negocios publicos à hombres sin luces ni provida; y en la dificultad de rehacerse, no habrá otro medio, que perecer, ó doblegar la cerviz à un yugo extranjero, que aunque pesado era mas soportable, que el de la horrorosa anarquía que nos devoraba. Apartemos por un instante la vista de cuadro tan ominoso: se ha dicho que este es otro tiempo, y ya estamos acreditando que no han sido vanas las tristes lecciones que recibimos de la experiencia.

Los Ciudadanos de mas opinion en nuestra Provincia: los pasos firmes y circunspectos de nuestros Representantes en la Florida, S. José y Canelones: la conducta de los Gobiernos, que del año de 25 al presente se han sucedido: el zeloso empeño con que el actual ha perseguido el crimen, fuese qual fuera la clase en que apareciese, y sin embargo de la debil posicion en que necesariamente lo habrá colocado el influjo de la guerra; son las pruebas mas palpables y convincentes de la seguridad y bienes que nosotros y todo extranjero debemos esperar del Gobierno patrio. ¿Ni como sería razonable temer otra cosa, teniendo tan cerca un tan buen modelo? Las sabias y beneficas instituciones, que hacen al gran Pueblo de Buenos Ayres el ornamento de este continente y el asilo de todos los hombres del mundo, ¿podrian influir en nuestro orgullo, para que cometiesemos, ó permitiéramos cometer el menor atentado que aleje un solo individuo de nuestro suelo? La prosperidad y engrandecimiento de un Pueblo magnanimo y generoso, à quien los Orientales se harán siempre el mas grato deber de confesarse deudores de su libertad, no nos estan indicando el camino, y manifestando, que solo por él se pudo llegar à triunfar en lucha tan desigual? Con la adopcion de otros principios. ¿No haríamos ver al mundo entero, que habiamos peleado por la libertad sin conocerla: que eramos aquellos mismos, cuyos excesos hizo indispensable nuestro abandono, y que era llegado el caso de borrar hasta nuestro nombre y contemplarnos indignos de vivir en sociedad. Oh! no, SS. Editores. Los Americanos, los Españoles, y los hombres todos que viven y quieren vivir entre nosotros, vamos à formar de aqui adelante

3
una sola familia, un solo cuerpo. Las tudes civicas, las aptitudes, los servicios la causa publica, serán unicos medios que podemos aspirar à la distincion de estros conciudadanos y à la consideracion del Gobierno. Este lo hemos de forrarnos nosotros, y para todos queda desde ra abierta la puerta por donde podemos entrar para merecer aquella. Por lo de podemos y tenemos positivos motivos asegurar que todos los hombres indistintamente serán religiosamente respetados en sus opiniones, sus personas y propiedades. Americanos todos, con especialidad seremos unos constantes celadores de la consension y respeto de aquellas inestimables garantías. El País necesita gente: sus naturales saben muy bien, que no dalejarla. El País ha gritado y peleado su libertad, y los Orientales saben yà que no la hay, donde no se respeta el derecho sagrado de pensar, decir y hacer cuanto la Ley no prohiba.

Contraigamonos pues, SS. Editores à dar la mejor prenda de seguridad en la manifestacion de estos nuestros sentimientos. Comenzemos à fijar la base de este moso edificio, cuya altura aun no es posible calcular: empezemos los vecinos de Montevideo à ejercer los derechos de nuestra soberanía: procuremos acertar en la eleccion de nuestros Representantes: que quemos en ellos todas aquellas virtudes que deben hacer la felicidad de un Estado: reposemos tranquilos en sus conciencias: dejar por eso de observarla para vivir en tiempo por medio de la Prensa todos aquellos inconvenientes que la experiencia pudiese presentar. A esto estan dispuestos y lo estarán constantemente, SS. Editores.

Unos Montevideanos.



El dia 3 de este mes llegó à este Puerto la Fragata de la Republica Argentina nombrada *Nueva 25 de Mayo*, la que mandaba el Almirante D. Guillermo Brown, comunicando à los SS. Diputados que venian à efectuar el cange de las ratificaciones de la Paz. Al entrar, saludó a la Fragata de S. M. el Emperador del Brasil nombrada *Pirata*, la que contestó inmediatamente afirmando el Pabellon Argentino, tambien siguió saludando la Fragata de S. M. B. nombrada *Saphire*. y la de S. M. Cristiana nombrada *Nymphé*. que afirmaron sus Pabellones y hecharon el de la Republica espresando su adhesion. A las 3 desembarcó S. E. y los Diputados en medio de las mas sinceras felicitaciones.

Imprenta de Arzac y Comp.

